

DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA

DIALECT OF DEPENDENCY AND POLITICAL EMANCIPATION OF LATIN AMERICA

Recebido em: 21 de outubro de 2023

Aprovado em: 4 de janeiro de 2024

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RCO | a. 16 | v. 1 | p. 93-112 | jan./jun. 2024

DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v1.3405>

Lucas Padilha Pereira Silva *lucaspadilhaps@outlook.com*

Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO) (Bauru/São Paulo).

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli *brunopasqua@gmail.com*

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (São Carlos/Brasil).

Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM) (Maringá/Brasil).

Pesquisador de pós-doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (São Paulo/Brasil).

RESUMO

O estudo tem como objetivo central analisar as condições materiais e da dependência latino-americana, assim como as reflexões e elaborações em torno do subdesenvolvimento, frente às diretrizes do sistema capitalista mundial e suas relações diante de potencial emancipação política da América Latina. A relevância da emancipação como fundamento determinante para além da sobrevivência política de um Estado suplementa o avanço independente e autônomo em advento combativo de interferências e influências exploratórias internacionais. Para dispor de razoabilidade e explicação, tanto histórica quanto político-econômica, suscita-se como importante a aprofundada investigação e análise das dinâmicas exploradoras e, conseqüentemente, dos desdobramentos oriundos destas para a configuração da América Latina diante do sistema capitalista mundial. Como marco teórico adjunto, metodologicamente complementar à premissa da pesquisa, será abarcada a análise das obras *Dialética da Dependência* e *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*, ambas da vertente teórica marxista da dependência (de natureza Bibliográfica secundária) – de Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank – a fim de compreender a dinâmica das relações dadas entre centro/metrópole e periferia/satélite. Pôde-se concluir que sem a superação da superexploração do trabalho e das trocas desiguais, a condição de dependência e subdesenvolvimento da América Latina tende a se manter, refratando uma Emancipação Política vislumbrável.

Palavras-chave: América Latina. Capitalismo. Dependência. Metrópole. Periferia.

ABSTRACT

The main objective of the work is to analyze the material conditions and Latin American dependence, as well as the reflections and elaborations around underdevelopment, in the face of the guidelines and compasses of the world capitalist system and its relations in the face of potential political emancipation in Latin America. The relevance of emancipation as a determining foundation for beyond the political survival of a State supplements the independent and autonomous advance in the combative advent of international interference and exploratory influences. In order to have reasonableness and explanation, both historical and political-economic, it is important to carry out an in-depth investigation and analysis of the exploitative dynamics and, consequently, of the ramifications arising from these for the configuration of Latin America in the face of the world capitalist system. As an adjunct theoretical framework, methodologically complementary to the research premise, the analysis of the works "Dialectics of Dependence" and "Development of Underdevelopment", both from the Marxist theoretical strand of dependence (of secondary bibliographic nature) - by Ruy Mauro Marini and André Gunder Frank – in order to understand and elucidate the dynamics of the given relations between center/metropolis and periphery/satellite. It could be concluded that without overcoming the overexploitation of work and unequal exchanges, the condition of dependence and underdevelopment in Latin America tends to remain, in opposition to the visible Political Emancipation.

Keywords: Capitalism. Dependence. Latin America. Metropolis. Periphery.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral estabelecido neste artigo é analisar as condições materiais e da dependência latino-americana, assim como as reflexões e elaborações em torno do subdesenvolvimento, frente às diretrizes e aos compassos do sistema capitalista mundial e suas relações diante de potencial emancipação política da América Latina. Essa noção se instiga pelas problemáticas sistêmicas instauradas no quadro latino-americano, denotadas desde as características domésticas sociais e econômicas dos países referidos até a configuração subalterna na dinâmica internacional designada pelo sistema capitalista. Bem como às dinâmicas exploradoras impregnadas na gênese dos Estados latino-americanos, que forçou a sua subserviência e complacência protocolar ao comando capitalista mundial, isto é, sua aderência e participação nos organismos e regimes internacionais de cunho econômico e comercial, em normas e atuações à vontade do grande capital dos centros capitalistas desenvolvidos em seu núcleo metropolitano – tangenciadas no interesse do capital monopolista de exploração/enriquecimento dos mesmos – àqueles países subdesenvolvidos e periféricos/dependentes que almejem autonomia e designação de conduta própria no Sistema Internacional. Em outras palavras, tal almejo encontra significância no rompimento com a exploração e dependência – temas estes que serão desenvolvidos pormenores ao decorrer do estudo.

Em nota disso, se questiona como as condições materiais e da dependência latino-americana se relacionam com a emancipação política de seu cerne popular frente às diretrizes e aos compassos do sistema capitalista mundial. Afinal, disposto à exploração histórica imposta pelo sistema capitalista central – meio a diversas interferências diretas e indiretas na natureza política e econômica dos países alvos – teria algum aporte teórico ou prático capaz de organizar e investigar os traços estruturantes do estabelecimento da dinâmica exploradora capitalista nos países dependentes, e teriam eles condições autônomas possíveis para superar tal dinâmica a fim de se vislumbrar a emancipação política da América Latina? É o que se busca responder com este artigo.

Referido o objetivo maior, é relevante ter em conta os objetivos específicos, em que a compreensão da realidade da dependência do quadro latino-americano antecede um eventual processo de emancipação política, a observação político-econômica das atuações exploradoras dos centros capitalistas no entorno das relações de subdesenvolvimento dos países da América Latina e a análise teórica marxista da dependência dos meandros e das possibilidades políticas vislumbráveis para a superação da dinâmica exploradora em ordem de condicionar a emancipação da política latino-americana, suscitam a justificativa elementar da matéria em questão. Para avaliar e examinar a gênese das dinâmicas exploradoras operadas desde as metrópoles até as periferias do sistema capitalista mundial, a compreensão da estruturação

político-econômica configurada nos países dependentes e das consequências oriundas dessas dinâmicas visíveis ao decorrer do subdesenvolvimento dos países latino-americanos é de suma importância para conceber qualquer progresso significativo ou superação em sentido de subverter e contrapor a noção equivocada de estagnação, desordem e irreversibilidade da configuração institucional, política e econômica dos países da América Latina. Isso porque a desconsideração da continuidade imperativa dos arranjos de exploração capitalista inerente ao sistema em que as circunstâncias dispostas para a (sub)existência político-econômica dos países latino-americanos, repetidamente exauridos de reivindicações populares, direitos garantidos e liberdades atribuídas, deflagra o caráter sintomático tanto da análise realizável do cenário empírico, assim como da predestinação a crises e fracassos dos países dependentes.

Em resposta automática, a indisponibilidade ao compasso milagroso de mera imitação para replicar o feito dos centros capitalistas desenvolvidos bem nutridos de riquezas e estabilidade, concomita aos países da América Latina – herdeiros da exploração e subtração de matérias, bens e serviços em prol da acumulação das metrópoles capitalistas – permanecer, mesmo que em graus distintos e características mascaradas a fim de suavizar as modalidades de exploração modernas, na subserviência intrínseca às dinâmicas internacionais coordenadas pelos centros capitalistas.

É na tangente ativa e proeminentemente autônoma em sentido de compreender tanto as dinâmicas de exploração que promovem o quadro dependente da América Latina, quanto o processo de formação e estruturação do subdesenvolvimento latino-americano no sistema capitalista mundial, que serão abordados e destrinchados conteúdos produzidos por dois teóricos de destaque da Teoria Marxista da Dependência – ambos membros contribuintes do pensamento cepalino. O primeiro, e mais fundamental para este estudo, é o professor brasileiro Ruy Mauro Marini, o qual terá seu material *Dialética da Dependência* detalhado na primeira metade do desenvolvimento deste trabalho. Em seguida, embora não menos importante, o segundo teórico é o sociólogo alemão André Gunder Frank, o qual terá suas ideias e hipóteses voltadas ao *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* na América Latina, elencadas na segunda metade do desenvolvimento seguido. A contribuição dos dois intelectuais é de suma importância nesta pesquisa analítica justamente por se tratarem de pesquisadores dedicados especificamente à conjuntura e ao quadro da América Latina.

Para cumprir com os objetivos estabelecidos para este trabalho, sua organização será feita em três seções maiores. De início, serão percorridos o desenvolvimento teórico da *Dialética da Dependência* e do *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* Latino-americano. Posteriormente, com a estruturação teórica estabelecida e seus desdobramentos abordados, serão apresentadas em síntese as considerações finais sobressalentes do resultado obtido e contemplável no percurso do estudo realizado.

2. A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

A fim de balizar a centralidade do estudo em torno das condições materiais dispostas no tecido político-econômico da América Latina, tendo em vista as possibilidades e maneiras de alcançar a emancipação da mesma diante da conjuntura internacional vigente, os preceitos e desenvolvimentos teóricos contidos na *Teoria Marxista da Dependência* (TMD) serão de valiosa ajuda para não só elucidar as problemáticas sistêmicas dadas, mas também irão estruturar todo um raciocínio crítico metuculoso para organizar mobilizações estratégicas de reação.

Mais especificamente, a vertente dessa teoria que contribuirá com maior pertinência e potencialidade para a análise do estudo aqui proposta deriva do pensador e professor brasileiro, Ruy Mauro Marini, importante colaborador e desenvolvedor dos estudos de teoria da dependência durante a segunda metade do século XX. Com seu ensaio de 1973, *Dialética da Dependência*, Marini buscou aprofundar questões latentes da economia política e da dinâmica capitalista de produção e circulação na América Latina. Sem abrir mão do campo histórico e das precedências de eventos determinantes para concretude dos fatos, o ensaio do autor brasileiro se compromete – firmado com muito rigor tanto no método quanto na análise preconizados por Marx – em realizar uma investigação criteriosa do capitalismo dependente latino-americano.

Portanto, em razão de adentrar as minúcias e os detalhamentos contidos na *Dialética da Dependência*, cabe antecipar sua estruturação, a qual se divide, basicamente, na integração ao mercado mundial, no segredo da troca desigual, na superexploração do trabalho, no ciclo do capital na economia dependente e, por fim, no processo de industrialização latino-americano.

Antes de categoricamente começarmos a esmiuçar o teórico dos capítulos supracitados na divisão do ensaio, vale ressaltar a natureza do próprio capitalismo contemplado na América Latina diante da perspectiva do sistema, da estrutura global, que o circunda. Isto é,

frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresenta como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. (...) Em outros termos, é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocam nesse resultado (Marini, 1973, p. 2-3).

Dessa maneira, é relevante ter resguardada a noção clara de que a inserção inicial da América Latina nas dinâmicas do capitalismo global, isto é, desde os ciclos de colonização espanhola e portuguesa do

século XVI até – posteriormente - os processos de industrialização e desenvolvimento da produtividade, provém da expansão estrangeira europeia em prol da transposição internacional da acumulação primitiva do capital a espaços até então não explorados. E a partir desse fato e seus desdobramentos se busca compreender as peculiaridades e deformações citadas na economia e constituição política do subcontinente.

Adentrando o primeiro capítulo do ensaio, tem-se como horizonte analisar a integração ao mercado mundial; logo que considerada a posição incipiente da América Latina diante dos fluxos de mercadorias pré-determinados pelos países centrais, isto é, as metrópoles europeias, se sugere intrinsecamente a posição de inferioridade e insuficiência dessa. Uma vez que adentra e integra a dinâmica do sistema capitalista já estabelecido em seus moldes industriais sofisticados de produção – de regra conduzidos pelo regime burguês -, é involuntária a atribuição da América Latina como subjugado, ou seja, dependente desta dinâmica para integrá-la e operá-la.

Entretanto, é fundamental ter distinguido que a situação de dependência não é o mesmo que a situação colonial – a qual caberia estudo e investigações aprofundadas à parte -, pois embora se constate continuidade entre ambas, as duas não são homogêneas. Isso revela importância ao se constatar a maneira como ocorria as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus em cada uma das distintas situações; pois tanto em uma quanto em outra, o fato contemplado é o mesmo, sendo este a estrutura definida da divisão internacional do trabalho, a qual dará conta de determinar o sentido contínuo e posterior da região (Marini, 1973).

É a partir de então que, após a configuração constatada na estrutura da divisão internacional do trabalho que a América Latina passa a evidenciar, Marini atribui a dependência da região em relação às “nações formalmente independentes” – centros capitalistas -, especialmente exemplificada em seu início, onde os dependentes passariam a produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas. Não equidistante, a subordinação designada aos países dependentes impõe modificações, recriações e adequações na sua forma de produção para além de assegurar a dependência e ampliá-la, mas também para se reproduzir de tal forma a acentuá-la em sentido de não abrir lacunas para a sua superação (MARINI, 1973).

Sobretudo, quando se é referido à divisão internacional do trabalho na configuração de dependência, essa somente se destaca com reverberação conforme o surgimento da grande indústria, a qual, por consequência dos manejos de trocas e subordinação, se suscitaria com bases sólidas graças à interferência e desenvolvimento dos centros. O papel determinante desempenhado por essa grande indústria moderna se concebeu e fundou por conta da consolidação de relações com os países

dependentes; isso porque, em termos de demanda prática, o desenvolvimento industrial para que se permita encontrar especialização e aperfeiçoamento na atividade estritamente industrial e tecnológica, requer uma satisfatória disponibilidade de produtos agrícolas e primários capazes de nutrir a logística do processo, e tal disponibilidade foi fornecida exatamente pelos países dependentes (Marini, 1973).

Embora se note a dinâmica de subordinação e exploração entre a região dependente e o centro industrial do capitalismo, o movimento de crescimento da produtividade não tende a se desacelerar ou empacar em algum obstáculo desconsiderado no cálculo, pelo contrário, se observa com o invariável avanço do sistema capitalista novos e diferentes estágios da divisão internacional do trabalho conforme o processo afirma-se no tempo e espaço material. Em consonância disso, para encerrar – por ora – o tópico focado na integração ao mercado mundial e dar cabo a mais assuntos e conceitos pertinentes à Dialética da Dependência – tais como mais-valia absoluta e relativa -, destaca-se:

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção (Marini, 1973, p. 5).

Dedicando atenção neste momento ao “segredo da troca desigual”, capítulo 2 do ensaio de Ruy Mauro Marini, três conceitos serão primordiais para compreender o fenômeno constituído na troca desigual, sendo eles a exploração do trabalho, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa.

A começar explicando o enquadre em que dados conceitos ressaltam tamanha importância para o entendimento, é necessário estabelecer uma premissa respaldada no motivo principal pelo qual a América Latina ingressou no mercado mundial, ou seja, no sistema de trocas desigual perpetuado e comandado pelos centros; o motivo real foi para atender os interesses capitalistas e desenvolver o seu modo de produção específico (Marini, 1973) de acumulação. Para isso, se insere então o conceito de mais-valia, onde sua definição, em linhas gerais, encontra significado prático na exploração da força de trabalho em seus diferentes níveis taxados – absoluto ou relativo -, relacionada diretamente ao tempo de trabalho excedente determinado à jornada de trabalho do operário, por exemplo; dentre essa relação, é relevante

sublinhar também o tempo que seria necessário para realizar o trabalho designado e a reprodução do valor da força de trabalho equivalente ao salário estabelecido, o qual não condiz com a jornada de trabalho remunerada em questão (Marini, 1973).

Frente a essa exploração do trabalho fundamental para a concepção material da mais-valia obtida no processo, pode-se concluir que para alcançar maiores massas de produção e níveis de valores avançados para o enriquecimento, o capitalista deve buscar enrijecer a exploração do trabalho e alavancar sua intensidade para cumprir com os anseios de expansão, mesmo que para isso signifique a prolongação da jornada de trabalho e a sua deterioração. Nessa tangente, se sobressai a fatualidade da mais-valia relativa em específico, pois frente à exploração do trabalho e a desvalorização tanto da produtividade quanto dos bens-salário na dependência latino-americana, a consolidação das exportações de matérias-primas e alimentos para os países centrais (Marini, 1973) desempenha uma função determinante para que estes – uma vez garantidos os meios de subsídio – sustentem a continuidade da extração desigual, confiando na subalternidade dos dependentes para perpetuação no mercado internacional.

Sobretudo, quando se reflete o contemplado, a transferência de valor e, conseqüentemente, de mais-valia, é importante considerar a natureza dos fenômenos históricos e econômicos que acometeram os abusos às nações desfavorecidas. Isto é, sua debilidade não provém da incapacidade de alcançar em equivalência a produtividade desejada nos centros capitalistas (até porque a produção em larga escala é um dos focos destes objetivados nas periferias dependentes), mas sim pela própria dinâmica inerente ao efeito comercial da economia capitalista internacional e suas relações de troca desproporcionais (Marini, 1973).

Com isso,

o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. (...) A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais. (...) Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação (Marini, 1973, p. 9, 11).

Atentando o foco para a ideia mencionada de exploração do trabalho no interior de cada nação, no capítulo seguinte do ensaio, sendo ele o terceiro, será abarcado um dos conceitos basilares para se

compreender a Dialética da Dependência para além da troca desigual vislumbrada na América Latina em relação ao sistema capitalista. Este conceito se expressa na superexploração do trabalho.

Tendo em consideração a inevitável transferência de valor e mais-valia desempenhada pela troca desigual em que a América Latina esteve sujeitada, se verifica tentativas e reações de a compensar através de maneiras alternativas de produção, como, por exemplo, no plano interno respectivo a cada nação dependente. Em face disso, não desconsiderando a conjuntura de exploração inerente à dinâmica capitalista, tais maneiras se constata tanto no aumento da intensidade do trabalho – descartando a melhoria da capacidade produtiva, focada estritamente à maior exploração do trabalhador –, quanto na prolongação das jornadas de trabalho (Marini, 1973), termos que não são inéditos até dado momento do estudo. Porém, endireitado ao conceito de superexploração do trabalho, um novo procedimento se apresenta, o qual consiste na preservação do trabalhador em relação ao seu limite normal da força de trabalho, derivando, assim, uma modalidade específica focada no tempo de trabalho excedente a ser aumentado (Marini, 1973).

De antemão, conforme gradativamente se esboça a ideia de superexploração, é interessante reforçar que o efeito automático da troca desigual de como esta está posta na dinâmica capitalista do mercado mundial, independente dos inconvenientes que possam surgir a seu favor ou não, prende e concentra-se na lucratividade máxima, o que significa, portanto, utilizar de seus mecanismos e métodos disponíveis para tal; e como foi conferido anteriormente, essa utilização se infere pela extração de trabalho excedente oriundo da exploração do trabalho (Marini, 1973).

Em complemento, vale denotar que os produtos e riquezas oriundos do trabalho disposto na produção capitalista não se restringem apenas à apropriação desses, mas se estendem também à apropriação direta da força do trabalho. Esse esclarecimento em torno das apropriações dadas revela importância ao passo que se analisa os modos de trabalho assumidos no tempo, vide escravidão, por exemplo; não por acaso, a escravidão se vigorou por longos séculos na América Latina justamente por comportar na prática direta as duas modalidades de apropriação percorridas, tanto da força de trabalho como dos produtos do trabalho (Marini, 1973).

Para tanto, retomando os procedimentos/mecanismos de exploração do trabalho comentados – intensificação, prolongação da jornada e expropriação do trabalho –, são através deles que as atividades produtivas de maneira geral são realizadas na América Latina e, portanto, não se vislumbra um desenvolvimento de alto nível ou relativamente considerável nas forças produtivas debruçadas na sua economia, uma vez que essas se estruturam no uso extensivo e intensivo da força do trabalho – dificultando e privando condições alternas de desenvolvimento. Isso tudo por conta, principalmente, do

esgotamento prematuro e baixa remuneração dos trabalhadores, condições essas que não só subtraem a integridade física e social desses ao extraírem ao máximo suas forças de trabalho, mas também os submetem à superexploração do trabalho estabelecida (Marini, 1973).

Tendo como objeto definido da teoria a formação do capitalismo dependente, Marini (1973) sintetiza que desde a vinculação ao mercado mundial até o impacto que isso causa na organização interna do trabalho dos países latino-americanos – os quais chegam e participam do capitalismo conforme se desenvolve a denotada economia de exportação para esse mesmo mercado mundial –, a chegada do capital implica nos problemas de circulação e produção. Dessa forma, preconizando o capítulo seguinte do ensaio, o autor expressa:

Uma vez convertida em centro produtor de capital, a América Latina deverá criar, portanto, seu próprio modo de circulação, que não pode ser o mesmo que aquele engendrado pelo capitalismo industrial e que deu lugar à dependência. Para constituir um todo complexo, há que recorrer a elementos simples e combináveis entre si, mas não iguais. Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial (Marini, 1973, p. 16).

Iniciando o quarto capítulo dedicado a expor a proposta teórica e analítica da Dialética da Dependência, onde o enfoque é justamente a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana, tem-se como imperativo evidenciar a contradição essencial da dependência da América Latina diante desse ciclo. Conforme a região passa a reproduzir em seu cerne as relações de produção do mercado mundial, a economia dessa, recém disposta no normalizado capitalismo mundial, teria de contribuir com a acumulação de capital nos países centrais enquanto dispunha de uma acumulação baseada na superexploração do trabalho (Marini, 1973).

Outra contradição que é evidenciada com a circulação do capital se deflagra no âmbito interno de produção e circulação, pois é o próprio consumo dos trabalhadores que cria a demanda das mercadorias produzidas. De toda forma, enquanto a tendência do sistema capitalista for explorar ao máximo a força de trabalho, independente das necessidades dos trabalhadores em nutrirem e reporem tal força sejam negligenciadas ou até descartadas, a incorporação de novas unidades ao processo produtivo será efetuada; assim sendo, é com a “compressão do consumo individual” do trabalhador que a superexploração do trabalho consegue prosperar (Marini, 1973).

Retomando o aspecto fixado na externalidade do ciclo do capital, isto é, a exportação para o mercado mundial, por meio da economia exportadora se torna possível observar que ela ultrapassa as balizas internacionais da produção especializada, pois é no modo capitalista de produção que sua formação

social se baseia (Marini, 1973). Exemplo explicativo disso é retratado ao se deparar com a necessidade surgida em ter como única saída para a produção realizada em plano interno a sua exportação para o mercado mundial; situação essa esquematicamente elaborada para orientar a produção interna ao mercado mundial, resultando na estratificação do mercado interno (Marini, 1973), uma vez que este dependerá de importações para suprir seu consumo individual e de bens, enquanto nem todos os níveis de classe poderão adquirir as demandas suscitadas – sejam produtos manufaturados ou similares.

Frente ao comércio de importação e o contínuo processo de desenvolvimento do sistema capitalista ao decorrer do tempo, registra-se:

A harmonia que se estabelece, no nível do mercado mundial, entre a exportação de matérias primas e alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus, encobre a dilaceração da economia latino-americana, expressa pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas. Quando (...) a América Latina ingressar na etapa da industrialização, deverá fazê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação. A profunda contradição que terá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará e economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que nela se apresentam atualmente (Marini, 1973, p. 18).

Para adentrar o quinto capítulo da Dialética da Dependência, onde o foco se direciona ao processo de industrialização da América Latina, cabe sublinhar o fato de que nem todos os processos decorridos individualmente em cada país integrante da América Latina contemplam os mesmos detalhamentos e minúcias particulares ou peculiares a cada caso, inclusive não é o esforço principal deste estudo embarcar nessa investigação isolada.

De toda maneira, o que Marini ressalta discorre nas similaridades abrangentes no desenvolvimento industrial da região; primeiramente, deve-se entender que a indústria criada na América Latina surgiu em função da produção de bens primários e sua exportação para os centros capitalistas. A subordinação da atividade industrial latino-americana não foi capaz de conformar uma economia industrial própria, mas sim de conceber mais um núcleo de acumulação de capital, sobre o qual o desenvolvimento capitalista – aguçado e promovido por correntes do chamado desenvolvimentismo, este que obteve bastante fôlego durante a década de 1950 – viria a se proliferar (Marini, 1973).

Entretanto, saindo do ponto de partida inicial em comum entre a economia industrial dependente e o desenvolvimento capitalista na América Latina, resgatando o modo de circulação e produção vislumbrado até então na economia exportadora, tanto uma quanto a outra se baseará na mesma acumulação de

capital constituída da superexploração do trabalhador. Portanto, como consequência, se observa na circulação interna algo similar ao que se realizava na exportação de produtos para o mercado mundial, porém desta vez separado (internamente) entre esfera alta e esfera baixa no interior da economia (Marini, 1973). Vale considerar, simultaneamente, que o surgimento de dinâmicas monopolistas debruçadas no decorrer da economia industrial implica no surgimento de capitalistas industriais, os quais usufruirão tanto da superexploração do trabalho quanto da mão de obra excedente oriunda da própria economia exportadora (Marini, 1973).

Por fim, em sentido de concluir os conceitos principais explorados e expostos na Dialética da Dependência, mais especificamente a fim de abordar em síntese este último capítulo dedicado ao processo sofisticado de industrialização da América Latina em circunstâncias extraordinárias de funcionamento dependente enraizado, convém salientar:

A industrialização latino-americana se dá sobre bases distintas. A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (...) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. (...) A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados (Marini, 1973, p. 21).

Assim sendo, os desenvolvimentos exercíveis e praticáveis em um eventual processo de crescimento econômico e industrial dispostos na produção latino-americana não são capazes, tão quanto suficientes, para progredir em direção à autonomia e à sustentação própria, pois em vigor de sua estruturação dependente, suas ofertas permanecerão atendendo e correspondendo aos mercados e comandos metropolitanos dos países centrais do capitalismo mundial.

3. O DESENVOLVIMENTO DO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

Esta sequência do estudo, em consonância e complemento aos conceitos trabalhados até então no quadro dependente da América Latina, se destinará à análise crítica do estado de subdesenvolvimento latino-americano e como seu desenvolvimento nas condições dispostas ocorre. Tal análise decorre, primordialmente, dos esforços intelectuais e pragmáticos do economista e sociólogo André Gunder Frank, o qual foi de notada relevância para a composição do pensamento teórico-crítico da *Teoria Marxista da Dependência*.

Embora fosse de nacionalidade alemã, do seio europeu responsável por algumas das diversas práticas exploradoras, Gunder Frank reconhece que para compreender e analisar o quadro de países colonizados e marginalizados no processo de desenvolvimento do capitalismo – como é o caso da América Latina –, é preciso um atentamento aos arranjos e às predisposições particulares que residem na especificidade de seu histórico social e econômico.

Frente a isso, uma vez que a experiência histórica dos países desenvolvidos/colonizadores foi evidentemente distinta dos subdesenvolvidos/colonizados, e portanto inviabiliza uma reflexão totalizada do processo, logo de início é fundamental estabelecer a premissa de que o subdesenvolvimento não se assemelha às características passadas dos países que hoje se destacam como desenvolvidos, pois embora estes – em certo momento – até possam ter sido “não-desenvolvidos”, ou incipientes, nunca estiveram subdesenvolvidos (Frank, 1966).

Frank busca explicar com essa distinção que os países satélites – como ele escolhe designar os países periféricos/subalternos/dependentes – não contemplam das mesmas condições protocolares que dispunham os países hoje desenvolvidos durante seu período de enriquecimento e consolidação; isto é, não basta simplesmente a reprodução à risca da fórmula econômica e de produção que os centros capitalistas desempenharam ao decorrer de sua ascensão para uma região ou economia se bem suceder, até porque seria anacrônico tal tentativa em reproduzir o processo, considerada a expansão imperialista tanto do comércio quanto do capital para exatamente o terreno explorado que se perpetuou a condição do subdesenvolvimento.

Continuada a investigação histórica do subdesenvolvimento, deve-se constatar as relações econômicas e políticas, por exemplo, que os países satélite subdesenvolvidos mantiveram e comportaram com as metrópoles hoje desenvolvidas, considerando que essas relações são essenciais e estruturantes para o desenvolvimento do sistema capitalista mundial; e o contemplar dessas relações conflui para a hipótese de que “o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos só pode ocorrer atualmente de forma independente da maioria dessas relações de difusão” (Frank, 1966, p. 2). Referente a tais relações de difusão, se entende desde instituições supranacionais dirigidas pelas metrópoles capitalistas nacionais e internacionais (Frank, 1966) até organismos multilaterais e empresas multinacionais oriundas do processo de globalização predatório.

Adentrando as repercussões dessas ditas relações entre os países metrópole e satélite, é relevante destacar uma configuração conjuntural interessante que se observa no interior dos próprios países satélite, como é o caso da América Latina. Trata-se da metrópole nacional, a qual em sua relação do setor produtivo com a população do interior caracteriza a estruturação de uma dinâmica econômica, social e

política dos países latino-americanos assemelhada à de nível internacional/mundial; ou seja, da mesma maneira que uma colônia é disposta no sistema econômico mundial como satélite em relação aos centros metropolitanos, dentro do próprio satélite se suscita uma restrita e delimitada metrópole interna, que além de acumular os recursos e valores do setor exportador – como exemplo maior –, simultaneamente atende as demandas impostas pelos centros metropolitanos mundiais. Dessa forma, caracteriza-se uma “cadeia de constelações de metrópoles e satélites” que, por mais distantes que se encontrem, não escapam da totalidade do conjunto do sistema capitalista. (Frank, 1966).

Levando em consideração que essa estrutura de metrópole e satélite opera de modo a extrair tanto o capital quanto o excedente dos países satélite a fim de destinar esse acúmulo para as metrópoles mundiais, como ressalva Gunder Frank (1966), convém notar:

Além disso, cada metrópole nacional e local serve para impor e manter a estrutura monopolista e as relações de exploração desse sistema (...) na medida em que serve aos interesses das metrópoles que se aproveitam dessa estrutura global, nacional e local para impulsionar seu próprio desenvolvimento e o enriquecimento de suas classes dominantes. Essas são as principais características estruturais que os conquistadores implantaram na América Latina e que ainda persistem (Frank, 1966, p. 3-4).

Após introduzir as relações estruturantes do subdesenvolvimento, foca-se então a destrinchar, ao mesmo passo que se busca explicar as correlações contempladas, o modo que o processo de desenvolvimento dos países da América Latina pôde acontecer inserido na condição de subdesenvolvimento do sistema capitalista.

Partindo da concepção materialista, isto é, das condições objetivas e concretas que inserem a América Latina na lógica do sistema econômico mundial, com a expansão imperialista exponencial, as demandas metropolitanas visavam, em primeira ordem, matérias primas e alimentos dos satélites para então conceber uma produção lucrativa em seus centros industriais e, por fim, converter a produção excedente em exportações de volta para os satélites – maximizando, dessa forma, os lucros e a mais valia de ambos os lados (Frank, 1966).

Através desse movimento, se suscita um compulsivo investimento no setor primário de exportação na América Latina em razão de nutrir essa dinâmica viciosa de corresponder à demanda metropolitana, enquanto lhe era ofertado em compensação a produção excedente de bens de consumo e afins por um valor desproporcional quando comparado com as metrópoles centrais. Tanto é que aos Estados latino-americanos, diante dos anseios contidos no imperialismo capitalista, calhou a redução do seu verdadeiro

papel político-produtivo à exploração desenfreada da economia agrícola a fim de atender os propósitos capitalistas (Luxemburgo *apud* Frank, 1966).

Sobretudo, ao se concentrar em debater o subdesenvolvimento da América Latina – seja o seu passado estrutural ou o presente consequente –, é inevitável a constatação de que sua condição é resultado incontornável de séculos debruçado no desenvolvimento do capitalismo e seu processo histórico mundial (Frank, 1966).

Isso porque o avanço e a expansão do imperialismo capitalista adentraram contundentemente na constituição da América Latina – tanto no corpo político-social como na esfera econômica. Não apenas para invadir e posteriormente controlar a agricultura exportadora, o imperialismo capitalista instrumentalizou-se dos Estados latino-americanos de tamanha maneira que foi capaz de tomar posse de várias e determinantes instituições econômicas e políticas a fim de incorporar toda a economia latino-americana aos desejos de seu sistema projetado. De tal forma que além de se observar um crescimento espantoso, em ritmo e proporção, do latifúndio na América Latina, a apropriação realizada pela metrópole também se deu por meio do monopólio dos produtos agrícolas e derivados – assim como de outras naturezas –, controlado pelo intercâmbio desigual, o qual seria mediado pela exportação de matérias primas da América Latina e importação de serviços, bens de consumo e mercadorias das metrópoles capitalistas (conforme estas financiavam e estimulavam a criação de portos e ferrovias em território latino-americano para conceber o intercâmbio).

Quanto às hipóteses que Gunder Frank passa a caracterizar no decorrer de seu ensaio, releva-se como oportuna a síntese das perspectivas analítica e teórica percorridas em torno do desenvolvimento do subdesenvolvimento até aqui:

Devemos concluir, em resumo, que o subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas e à falta de capital em regiões que permaneceram isoladas da corrente histórica. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo. (...) As hipóteses derivam-se das observações empíricas e das presunções teóricas que dentro desta estrutura metrópole-satélite que abarca o mundo inteiro, as metrópoles tendem ao desenvolvimento e os países satélites ao subdesenvolvimento (Frank, 1966, p.5).

Apresentando-as como hipóteses, entretanto sem o desdém de descartar comprovações ou indícios que fomentem as ideias enunciadas rigorosamente, Gunder Frank tece 5 delas em sentido de organizar o pensamento crítico e vislumbrar maneiras de emancipação/liberação política dos países subdesenvolvidos, mas não antes de primeiramente conhecer sua realidade para então mudá-la.

Uma vez que a primeira hipótese já foi esmiuçada acima, sendo ela, resumidamente, a noção de que qualquer desenvolvimento realizado nos países satélite está submetido às metrópoles centrais, portanto esse desenvolvimento é sempre limitado, parte-se sem mais delongas para a segunda hipótese investigada.

A segunda hipótese se firma na apuração de que os países satélite conseguem alcançar seu maior nível de desenvolvimento industrial nos moldes do capitalismo clássico quando suas relações com as metrópoles centrais são débeis ou afrouxadas; Gunder Frank infere tal desenvolvimento baseado em momentos históricos que a América Latina passa por um relativo período de isolamento principalmente temporal, vide durante as crises das duas grandes Guerras Mundiais e a depressão econômica dos anos 1930 nas metrópoles centrais. Nesses períodos citados se observa um marco da industrialização autônoma nos satélites de crescimento e desenvolvimento. Convém ressaltar também que expressivos e bem sucedidos movimentos de independência na América Latina foram germinados durante as guerras napoleônicas no século XIX, outra forte contribuição para a hipótese de desenvolvimento dos satélites na ausência preponderante das metrópoles. Por fim, a segunda hipótese carrega significância ainda mais quando, após a recuperação das metrópoles diante das crises, o reestabelecimento das relações com os países satélite voltavam a estrangular e subtrair a industrialização ali avançada (Frank, 1966).

Continuamente, a terceira hipótese central defendida por Gunder Frank aponta para as regiões dos países satélites que estão em condições mais precárias, subdesenvolvidas e feudalizadas; onde essas são exatamente aquelas que no passado mantinham as relações mais próximas e dependentes com a metrópole central em seu processo de desenvolvimento. O aspecto astuto e intrigante desta hipótese se respalda na contraposição à tese de que o subdesenvolvimento regional deriva do isolamento e de suas instituições pré-capitalistas. Pois ao notar-se alguns exemplos, dentre eles o nordeste brasileiro – vide as exportações de açúcar -, regiões de passado mineiro de Minas Gerais, terras altas do Peru, Bolívia e estados centrais do México ressaltados pela riqueza de minério de ferro (Frank, 1966), avalia-se:

Quando o mercado do açúcar ou da riqueza das minas desapareceu e as metrópoles as abandonaram ao seu próprio destino, suas já existentes estruturas econômicas, políticas e sociais proibiram a geração autônoma do desenvolvimento econômico e não lhes deixava outra alternativa a não ser voltarem-se a si mesmas e degenerar-se no ultra-subdesenvolvimento que atualmente encontramos nelas (Frank, 1966, p. 8).

As duas últimas hipóteses apresentadas por Gunder Frank, quarta e quinta, ambas relacionadas, alertam para a caracterização e a atribuição do latifúndio nos países subdesenvolvidos. Na quarta, se levanta a questão sobre a composição de um latifúndio – se este seria apresentado como uma fazenda

ou propriedade (Frank, 1966), entretanto, à parte de sua aparência técnica, nasceria “como empresa comercial que criou suas próprias instituições que lhe permitiram responder ao aumento da demanda do mercado nacional e mundial ampliando suas terras, seu capital e seu trabalho” (Frank, 1966, p. 8). Enquanto a quinta, por sua vez, remete às regiões mencionadas na terceira hipótese, denotadas pelo seu isolamento e produção restrita e, com isso, os latifúndios ali localizados, “baseados na subsistência e semi-feudais, atualmente viram diminuir a demanda de seus produtos e de sua capacidade produtiva” (Frank, 1966, p. 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder a pergunta de se disposto à exploração histórica imposta pelo sistema capitalista central – meio a diversas interferências diretas e indiretas na natureza política e econômica dos países latino-americanos –, teria algum aporte teórico ou prático capaz de organizar e investigar os traços estruturantes do estabelecimento da dinâmica exploradora capitalista nos países dependentes, e se teriam eles condições autônomas possíveis para superar tal dinâmica a fim de se vislumbrar a emancipação política da América Latina. Conforme o desenvolvimento acima percorrido buscou esclarecer algumas noções teóricas e históricas do tema, as consequências factuais das condições estruturantes dadas emanam as configurações vislumbráveis na conjuntura moderna e contemporânea da vida político-econômica latino-americana.

Resgatando os esforços de Marini para compreender e analisar a condição dependente da América Latina em face do sistema capitalista mundial, e conectando-os às contribuições e hipóteses abordadas por Gunder Frank no seu estudo sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, uma das passagens fundamentais acerca da inserção do capitalismo no quadro histórico da América Latina reside na transição conjuntural das etapas do capitalismo industrial ao imperialismo capitalista. No primeiro caso, embora se assimile a um período mais avançado no tempo e na história do capitalismo mundial, onde a divisão internacional do trabalho já estaria posta à concretude das relações metrópole-periferia, é notável que o seu fenômeno, portanto, deriva e somente é possível graças às conquistas imperialistas das metrópoles. O que prossegue para o caso do imperialismo capitalista firmado majoritariamente, também, na superexploração do trabalho e na troca desigual empregadas nos países periféricos; serve como constatação para esse estabelecimento, conforme detalhado nos trechos supracitados na seção anterior deste trabalho, tanto as exportações de matérias primas e alimentos por parte da periferia para a metrópole a fim de abastecer e nutrir os centros industriais de produção, quanto

as exportações de capital e produtos manufaturados por parte da metrópole para a periferia – em razão de motivar a economia dependente ali estabelecida e eventualmente extrair dali os lucros obtidos (que eram consideráveis).

Em ordem de esclarecer e determinar tal constatação basilar da economia internacional da dinâmica metrópole-periferia, centros desenvolvidos e dependentes, refere-se:

A presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e, inclusive, na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido de transferir parte dos lucros ali obtidos para os países industriais; (...) a baixa taxa de lucro nos países dependentes, como contrapartida da elevação de sua composição orgânica, se compensa mediante os procedimentos de superexploração do trabalho. (...) Em consequência, a economia dependente segue expandindo suas exportações, a preços sempre mais compensadores para os países industriais (...) e, simultaneamente, mantém seu atrativo para os capitais externos, o que permite dar continuidade ao processo (Marini, 1966, p. 31-32).

Portanto, quando se considera o desenvolvimento capitalista, principalmente relatado nos países dependentes e subdesenvolvidos, esse se instaura e concebe necessariamente – dentre outros fatores vistos - nos pés da superexploração do trabalho, segundo o que se pôde concluir nas apresentações analíticas de ambos Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank.

A partir disso que se demonstra possível as escalonadas acumulações capitalistas vigentes nas sociedades dependentes, onde a discrepância expressiva entre a classe alta – caracterizada pela burguesia – e baixa – caracterizada pelos trabalhadores – engendra, simultaneamente, o crescimento da riqueza e o crescimento da miséria.

Oriundas inevitavelmente desse processo exploratório, as desigualdades econômica e social se apresentam como entraves fundamentais para um desprendimento tanto da dependência sistêmica quanto do processo de subdesenvolvimento. Embora haja outros mecanismos alternativos de mudanças, e outras escolas e vertentes de pensamentos tangenciados na superação da desigualdade - vide pontos de vistas aqui não abordados categoricamente tais como o cultural e antropológico -, através do enfoque econômico e político disposto neste trabalho analítico e crítico, seria possível, sobretudo, o alcance da emancipação política da América Latina por meio do atravessamento da superexploração do trabalho, da troca desigual, da transferência de valores em vista de uma sociedade mais justa e próspera.

Diante dessa possibilidade de superação, levanta-se o debate sobre quais seriam os terrenos regimentais ou modelos de governo capazes de sustentar e viabilizar a dita emancipação política. Ressaltam-se como razoáveis questionamentos críticos em torno da natureza política e econômica

dos países latino-americanos diante da possibilidade emancipatória; como se, por exemplo, dentro do regime democrático neoliberal disposto no sistema econômico capitalista que observamos em boa parte dos países latino-americanos (Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, México e etc), mediado por reformas pontuais em delimitados setores da vida político-econômica dos Estados, seria possível desamarrar-se dos entraves exploratórios.

Entretanto, em razão de fidelidade aos dois autores aqui abordados contundentemente no estudo voltado à condição de dependência e das consequências dessa, é imperativa a consideração do marco marxista implementado no trabalho. Afinal, o título concedido à teoria – Teoria Marxista da Dependência – não é por acaso, mas sim por rigor conceitual, reflexivo e teórico à Obra do alemão Karl Marx. E dentro desse prisma – salvo outros atributos e conceituações paralelas particulares da Obra - a emancipação política seria somente possível através de uma revolução socialista; revolução essa em vista de redistribuir as riquezas e lucros gerados e produzidos pelos trabalhadores, abolindo o império e monopólio do capital, acompanhada da revolução de classes – com enfoque no horizonte para uma futura transição ao comunismo.

É evidente que para investigar e mobilizar maneiras reais de se implementar uma revolução, os esforços de pesquisa e análise teriam de ser extensamente trabalhados e abordados de maneira sistemática, meticulosa e metodológica para esse fim – o que não se comporta neste trabalho em questão. Este, com a expectativa de elucidar os conceitos e a condição da dependência latino-americana, teve-se em capturar a compreensão material das dinâmicas de exploração que assolam a América Latina e analisar, por fim, como suas superações seriam capazes de garantir a Emancipação Política do subcontinente.

Além de que, levando em consideração a data em que os autores produziram suas contribuições teóricas e conceituais, a grosso modo decorrido na segunda metade do século passado (anos 1960-1970), muitas das confirmações e concordâncias factuais das investigações acerca do material teórico teriam de ser atentamente conferidas – em macro e micro escala – nos países latino-americanos diante de suas decorrências contemporâneas e atuais. E tal esforço demandaria uma investigação, novamente, mais extensa e abrangente dos temas e das problemáticas elencadas.

Porém, acredita-se que assim como a integração ao mercado mundial como região subjugada dependente, a superexploração do trabalho, a troca desigual e a transferência de valores contempladas na América Latina, a condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos, periféricos e satélites no sistema capitalista mundial são características robustas e consideravelmente comprovadas

de que, quando não compreendidas e, sobretudo, superadas, impede o concebimento vislumbrável e real da Emancipação Política.

REFERÊNCIAS

DANTAS, S. T. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1962. Disponível em: https://www.santiagodantas.com.br/wp-content/uploads/politica_externa_independente.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

FRANK, A. G. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. 2. ed. Chile: Archivo Chile, 1968.

FRANK, A. G. **O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento**. v. 18, n. 4, 1966.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. 1. ed. México: Editora Era, 1973. Disponível em: [Dialética da Dependência \(marxists.org\)](http://Dialética da Dependência (marxists.org)). Acesso em: 10 mar.2022.